

## Retrato cultural: Um estudo sobre práticas de leitura no concelho de Mirandela\*

Sofia Alexandra Cruz<sup>1</sup>

---

### 1. Introdução

O objectivo fundamental deste trabalho foi a análise dos contornos das políticas e práticas culturais, com uma especial incidência para a área leitoral, de um concelho com uma inserção territorial específica, concretamente o concelho de Mirandela.

Dada a complexidade relacional do objecto em estudo, optámos pela elaboração de um enquadramento teórico-conceptual multifacetado. A proliferação de vários estudos no domínio da Sociologia da Cultura, resultado da percepção de que a cultura é uma dimensão constitutiva da nossa experiência de vida, levou a uma incursão pelas grandes sínteses teóricas da cultura e a uma proposta de alternativas que conciliam dimensões aparentemente (in)conciliáveis (dimensões fenomenológicas e estruturais).

Integrada num mosaico cultural complexo, a ordem cultural surge enredada numa teia (in)comunicativa de políticas e práticas culturais, geradoras de espaços culturais dotados de especificidades próprias e (des)animados pelos seus produtores/criadores, bem como pelos seus consumidores/receptores. Dessa teia, mais restrita ou menos, depende a revitalização da esfera pública, norteadora de um (in)eficaz processo de democratização cultural.

A este nível, o poder local detém um papel nevrálgico insubstituível, uma vez que o desenvolvimento, e neste caso particular o desenvolvimento do interior, deve ser alicerçado na cultura, tendo esta última como referencial de enquadramento as problemáticas do desenvolvimento.

Longe de um “vazio territorial”, a problematização da cultura implicou a abordagem das lógicas de inserção territorial do concelho de Mirandela, na NUT de Alto Trás-os-Montes, inseridas num todo nacional. Ao se retratarem tais dimensões foram realizadas *démarches* no sentido de uma (des)construção de visões reducionistas que perspectivam um interior como “reservas de índios” em extinção. Em alternativa, propõe-se um novo modelo de desenvolvimento capaz de (re)pensar o lugar do(s) interior(es), cada vez mais heterogéneos.

A concretização metodológica dos anunciados eixos de investigação, passou pela adopção de uma estratégia multifacetada, conjugadora da pesquisa de terreno que envolveu a utilização de procedimentos de teor quantitativo (administração de inquéritos por questionário) e qualitativo (entrevistas semi-directivas), com análise de fontes secundárias provenientes do INE, CCRN e da APEL que tornaram claro o estado crítico das estatísticas na área da cultura.

Procedeu-se à construção de uma “carta cultural” concelhia possibilitadora da apreensão das dinâmicas do campo cultural local, dos movimentos de conflitualidade e/ou complementaridade entre os diferentes actores (autarquia, junta

---

\* O presente artigo tem por base a investigação desenvolvida no 5º ano da Licenciatura em Sociologia da Universidade do Porto (FLUP), *Retrato Cultural: um estudo sobre práticas de leitura no concelho de Mirandela*, orientada pelo Prof. António Teixeira Fernandes e defendida pela autora em Outubro de 1998, no âmbito da colaboração firmada entre o Observatório das Actividades Culturais (OAC) e o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB).

<sup>1</sup> (OAC/ICS-UL)

de freguesia, bibliotecas, associações locais, entre outros), das diferentes lógicas (micro/macro) de actuação e meios de alcance. No que respeita à “cultural leitural” esboçou-se um recorte analítico do *ex-libris* da cultura leitural mirandense (biblioteca municipal e sócios-leitores) que, juntamente com o museu e o auditório integram o centro cultural de Mirandela, “um polvo que estende os seus tentáculos” protagonizando ou mediando todas as iniciativas culturais de âmbito local, regional e nacional.

## **2. Um complexo mosaico cultural - uma articulação virtuosa entre políticas e práticas culturais**

Nas sociedades contemporâneas, as actividades culturais, ao tornarem-se elemento constitutivo de uma determinada etapa civilizacional, ganharam um espaço político próprio e exigiram a criação de suportes específicos.

A cultura, enquanto questão política é fenómeno recente, “a política da cultura é uma invenção recente, (...) mais recente entre nós na sua forma moderna e desideologizada, isto é livre de pressões propagandísticas, ela data do 25 de Abril”<sup>2</sup>. É suposto que num regime democrático, a cultura em sentido lato seja espelho por excelência dos princípios que dão conteúdo e sentido a esse regime, de modo a que a cultura conserve em potência o pluralismo das ideias, das concepções e o visionamento do mundo.

Todavia a actuação da instituição estatal no âmbito cultural não se afigura de forma alguma pacífica, pois, frequentemente, as clivagens políticas e ideológicas desvirtuam o papel do Estado enquanto responsável interveniente em função do interesse nacional e do seu bem comum<sup>3</sup>.

As análises sociológicas que têm vindo a ser produzidas sobre políticas culturais demonstram a associação específica que se estabelece, então, entre **cultura e poder**, duas dimensões cruciais das relações sociais. A definição de **democratização cultural** que daqui emana constitui um objectivo que reúne consenso em todas as áreas políticas e em todas as políticas culturais, embora existam áreas e metas desta definição em que as interpretações são menos pacíficas, na medida em que remete para várias vertentes, tais como a educação, as indústrias culturais e os respectivos mercados, a descentralização e pluralismo.

Nessa linha, qualquer análise sociológica implica sempre uma dupla interrogação, que passa pelo aferir dos objectivos da política cultural e do seu âmbito de incidência.

Partilhámos de uma **concepção activa de política cultural**, que na esteira analítica de Madureira Pinto, denuncia quer o ilusório pluralismo cultural associado a um mítico mercado livre, quer a ingénua crença num intervencionismo estatal garante, só por si, da independência da produção intelectual e artística face a um mercado cultural dominado por condições de oligopólio.

Na conceptualização teórica de Madureira Pinto, o objectivo central das políticas culturais reside “na capacidade de incentivo à criação e inovações artísticas e intelectuais, sem prescindir de intervenção activa no processo sempre

<sup>2</sup> Eduardo Prado Coelho, “Política cultural externa: um balanço”, *Publicação Trimestral do Observatório das Actividades Culturais* (OAC) nº 2, Outubro, 1997, p.4.

<sup>3</sup> A este propósito, tornou-se profícuo uma análise que quebra com uma visão excessivamente paternalista ou uma concepção de cultura independente das leis de oferta e procura, perspectivando formas de viabilização das actividades culturais, mediante a diversificação das fontes de financiamento das actividades culturais.

inacabado de democratização social”<sup>4</sup>, mediante uma definição criativa do papel das políticas culturais de âmbito autárquico.

O autor enuncia três princípios estratégicos da política cultural. O primeiro remete para uma política estruturante de **desenvolvimento cultural sustentado**, através da preservação e enriquecimento do património cultural acumulado e da incorporação durável, junto dos diversos sectores da população, de um conjunto de disposições estético-cognitivas. Embora este princípio seja condição de **democratização cultural**, somente do segundo princípio de estratégia de política cultural se poderá esperar eficácia efectiva naquele plano. Mais do que o intuito de expansão da procura de bens culturais, isto é, de alargamento dos públicos, nomeadamente da cultura cultivada, o que na sua perspectiva está em causa é o **alargamento do universo dos criadores culturais** mediante o encontro desmistificador com a materialidade do acto de criação cultural. Salientando, no jogo de sinergias inter-institucionais indispensáveis no movimento de ligação do Estado à esfera cultural, patente nos dois princípios anteriores, o papel do sistema educativo e de outras instâncias da “sociedade civil”, o autor ao postular um terceiro princípio estratégico, sustenta a revitalização da esfera pública, dando particular ênfase à animação do movimento associativo. O espaço público é simultaneamente considerado objecto e sujeito de políticas sistemáticas de animação sócio-culturais.

A este propósito, a reflexão de Jurgen Habermas em torno da esfera pública nos estados democráticos torna-se relevante<sup>5</sup>. Ao retomar alguns aspectos da perspectiva teórica de Hannah Arendt e de Parsons, Habermas problematiza o conceito de poder no modelo comunicativo da acção, definindo-o pelo consenso, pelo entendimento mútuo e não pelo conflito. Os sujeitos não utilizam a fala ou a linguagem com vista a instigar os outros sujeitos para um comportamento desejado, mas com o objectivo de estabelecer não coercitivamente relações sociais. Deste modo, o poder consubstancia-se num efeito colectivo de fala, na qual o entendimento mútuo é um efeito em si para todos os participantes. Advoga, assim, uma lógica reflexiva e argumentativa do poder comunicacional, em que a liberdade da esfera pública significa oportunidade de dizer e contra-dizer, o que se sobrepõe à lógica formal-burocrática do agir comunicacional.

A reflexão de Augusto Santos Silva no âmbito das análises sociológicas sobre as políticas culturais, constitui uma mais-valia para reflexão e debate<sup>6</sup>. Na óptica do sociólogo as políticas culturais são, hoje em dia, susceptíveis de serem analisadas sob o ângulo privilegiado da **interacção Estado/Sociedade-Civil**, em matéria de acção cultural. A partir desta constatação, identifica o leque de políticas públicas que nos anos noventa têm gravitado em torno de quatro pólos e enumera a diversidade de agentes sociais envolvidos nas actividades culturais e susceptíveis de serem abrangidos pelos políticos culturais.

As quatro dimensões adiantadas pelo autor - políticas de património, políticas de formação educativa dos públicos, políticas de sustentação da oferta cultural; políticas de uso económico, social, político da cultura - e o facto, de ao contrário do plano dos discursos, as últimas duas, terem surgido muitas vezes com maiores trunfos, afiguram-se ilustradoras das relações específicas entre cultura e poder no

<sup>4</sup> José Madureira Pinto, “Uma reflexão sobre políticas culturais” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde*, A.P.S., 1-3 Abril 1993, p.770.

<sup>5</sup> Jurgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Ed.Tempo Brasileiro, 1984.

<sup>6</sup> Augusto Santos Silva, “O que é o desenvolvimento integrado ? Uma reflexão com ilustração empírica “ in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde*, 1-3 Abril 1993, p.591-619.

domínio institucional das políticas culturais, relações essas elucidadas por António Firmino da Costa<sup>7</sup>.

Para uma mais eficaz conceptualização do raio de incidência das políticas culturais, Augusto Santos Silva contraria a postura tradicional de que a tensão essencial da acção cultural reside na dicotomia entre promoção pública e privada, definindo o que entende por “terceiro sector” ou “sector social da cultura”: “quem conhece, por exemplo, a realidade das ofertas e consumos culturais das cidades de pequena e média dimensão sabe que parte importante da organização local dos espectáculos e de quadros e oportunidades de educação cultural é assegurada por instituições que resultam da associação de agentes, quer criadores, quer consumidores (assim, aliás, desafiando esta distinção abrupta) e que constituem à escala do país, uma rede relativamente madura de estruturas de terceiro sector (...)”<sup>8</sup>.

Daqui concluímos que o “terceiro sector”, para além de conduzir a uma expansão da procura efectiva de bens culturais, contém em si potencialidades para um alargamento do universo dos criadores e consumidores culturais, constituindo um vector de democratização cultural num “campo cultural local” com as especificidades duma cidade de pequena dimensão como Mirandela.

Traçada a pluralidade do objecto/sujeito de intervenção das políticas culturais, Augusto Santos Silva concebe acções estruturais ao nível das **políticas públicas**: construção de instituições de infraestrutura cultural e sua animação (não basta adquirir e conservar, nem apenas gerir); estruturação dos campos de agentes culturais, quer do lado das posições de oferta, quer, sobretudo do lado dos públicos. Todavia, estas intervenções apenas são concretizáveis se integradas numa dinâmica de **parceria e partenariado**, “(...) de modo a incorporar a pluralidade e a heterogeneidade dos protagonistas dos campos culturais, ou seja, evitar fechar a parceria na relação público/privado, e pensá-la antes, de uma banda, no interior do próprio Estado, entre os níveis local, regional, e central, depois nas relações do Estado com o sector privado e o terceiro sector da nossa própria cultura”<sup>9</sup>.

Com efeito, na esteira analítica de Madureira Pinto, Augusto Santos Silva adverte que a continuidade do **Estado Democrático** é função de uma procura de equilíbrios, atenuação de assimetrias, estímulo à participação de todos no que a todos diz respeito.

As políticas culturais, ao renunciarem às articulações postuladas, correm o risco de serem cada vez mais imediata e imediatistas, até mesmo oportunistas, sacrificando a excelência ao altar do efémero e do circunstancial.

### 3. Um mosaico multidimensional de desenvolvimento

No contexto de profundas alterações durante estas duas últimas décadas, Portugal conhece um processo de desagregação parcial das ruralidades, (entendidas não apenas nos aglomerados de elementos materiais, mas da mesma forma nos referenciais imateriais, simbólico-ideológicos subjacentes ao próprio rural), quer na sua vertente de “ruralidades de campo”, onde se assiste a uma dissociação entre o mundo rural e agricultura, concretizada pelas estratégias de plurirendimento e pluriactividade, quer na sua vertente de “ruralidades urbanas”, através da

<sup>7</sup> Para aprofundar tal dimensão consultar o artigo do autor: “Políticas culturais, conceitos e perspectivas, Publicação Trimestral O.A.C, Outubro, 1997.

<sup>8</sup> Augusto Santos Silva “Das obrigações do Estado à participação civil” in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 23, 1997, p.43.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p.48

“integração crescente da segunda geração de emigrantes rurais no quotidiano (su)urbano e do progressivo enfraquecimento relacional com a propriedade fundiária”<sup>10</sup> ..

Neste sentido, os espaços rurais têm-se relacionado na modernidade com outros espaços -urbanos, industriais- de forma dependente, assimétrica, dependência essa, que contribuiu em larga medida para explicar a secundarização da lógica agrícola nos processos económicos e sociais contemporâneos. As tradicionais altas natalidades do meio rural, intrínsecas à própria lógica produtiva e social da agricultura têm alimentado outros sectores de actividade, sobretudo a indústria e os serviços, através de migrações e emigrações definitivas, mas cada vez mais por intermédio de migrações pendulares, ou seja, parte da família desloca-se para trabalhar de forma assalariada, enquanto outra parte trabalha a terra própria ou arrendada, conservando sempre a residência rural.

Todavia, actualmente com a quebra acentuada de natalidade<sup>11</sup> no mundo rural a função de fundo de reserva de mão-de-obra deixa de ser garantida, crescendo, no sentido em que referimos, anteriormente, a agricultura a tempo parcial e o plurirendimento de base agrícola. Assim, ainda não de esgotou inteiramente a capacidade que o mundo rural e a agricultura têm de reabsorver gente que o desemprego ou factores de outra natureza, expulsam da vida urbana.

No entanto, a agricultura confronta-se com rivais imbatíveis, tais como a industrialização, a urbanização e a terciarização que tendem a empobrecer e a isolar as actividades agrícolas deslocando-as para o interior.

### **3.1. Um (des)construção do interior? - (re)equacionamentos do desenvolvimento do interior**

A difusão de valores, atitudes e comportamentos tipificados, em largo consenso, como “cidadinos” entra em claro contraste com um ainda incompleto processo de maturação de uma “cultura urbano-industrial”<sup>12</sup> de carácter nacional; por outras palavras, como decorrência da inserção do país numa “semi-periferia do sistema mundial”, torna-se difícil a delimitação entre o **urbano** e o **rural**, inviabilizando a adopção de esquemas e conceptualizações mutuamente exclusivos. Urge, então, ultrapassar as velhas dicotomias entre urbano e rural e “identificar um generalizado efeito urbano, perceber as dinâmicas e os processos de centrigugação desse efeito e interpretar assim o mosaico cultural resultante”<sup>13</sup>.

Intrinsecamente relacionados com a dicotomia rural-urbano, surgem outras do tipo centro-periferia, litoral-interior, que introduzidas no âmbito da explicação das assimetrias existentes em Portugal e largamente vulgarizadas pelo senso comum, encerram contudo uma forte componente ideológica que não pode ser escamoteada.

É possível vislumbrar desequilíbrios transversais que não se prendem, exclusivamente, com delimitações geográficas, implicando uma associação sistemática a uma panóplia de indicadores de desenvolvimento económico, social, cultural que lhe estão associados.

<sup>10</sup> João Ferrão, “A demografia portuguesa”, in *Cadernos do Público*, ICS, UL, Jornal Público, 1996.

<sup>11</sup> Exemplificativo de tal situação é a Região de Alto Trás-os-Montes, que em 1991 (últimos censos) possuía 5% da população com menos de 5 anos.

<sup>12</sup> Tal problemática é explorada na obra de Boaventura Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1998)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp.105-150.

<sup>13</sup> Álvaro Domingues, “Mudam-se os campos, mudam-se as cidades”, *Noites de Sociologia do Porto II*, in *Sociologia*, FLUP, Porto, I série, Volume II, 1992, p.187.

O **dualismo viciado** entre um litoral urbano sempre desenvolvido e um interior rural sempre atrasado não se pode alhear do quadro geral das assimetrias que caracterizam Portugal, resultantes de um longo processo histórico.

Com efeito, “na faixa litoral portuguesa, compreendendo os distritos de Braga até Setúbal, correspondente a pouco mais de 1/4 da superfície total, vamos encontrar 2/3 da população total e 4/5 do PIB, 9/10 das indústrias transformadoras e cerca de 9/10 do produto dos serviços. Em termos de emprego localizam-se aí mais de 4/5 dos profissionais científicos e liberais sendo a proporção de pessoal administrativo ainda mais elevada. Cerca de 9/10 do pessoal dirigente encontra-se também nesta zona. Os desequilíbrios são ainda mais expressivos se as comparações forem feitas entre os distritos de Lisboa e Porto e o resto do país. Em menos de 6% da população deparamos com 40% da população e mais de 50% do PIB, 40% da produção das indústrias transformadoras e mais de 2/3 do produto dos serviços”<sup>14</sup>.

Nesta linha, a tão invocada **interioridade** consubstancia-se num **triângulo fatídico**, a referir a situação de subdesenvolvimento provocada, no essencial, pelo isolamento e dificuldades de acesso às zonas mais dinâmicas do litoral, com a consequente desertificação, agravada por uma crise do sector agrícola que incita as populações ao êxodo rural.

Perante o esgotamento da economia portuguesa nos anos 90, de muitos dos processos que a dinamizaram na década de 80<sup>15</sup>, assiste-se em toda a diversidade do território português a um declínio social e económico, de que é prova o elevado nível a que chegaram o recuo demográfico, o envelhecimento, a fragilidade económica, o défice empresarial, a dependência excessiva face ao investimento e ao emprego públicos. Assim sendo, o modelo de desenvolvimento que preside à comparação entre um litoral urbano desenvolvido e um interior rural não desenvolvido, afigura-se ainda mais obsoleto<sup>16</sup>.

De facto, do ponto de vista das características actuais não existe um interior, mas vários interiores que não se circunscrevem à faixa não litoral, nem dela detêm o monopólio. As actuais condições de desenvolvimento não se coadunam com dicotomias reducionistas e simplistas, muito pelo contrário, ao nível da conceptualização analítica e da formulação de políticas urge equacionar uma visão globalizante e integracionista do desenvolvimento, isto é, catalizadora de uma dialéctica entre factores materiais e sócio-culturais, com o objectivo de implicar as populações na concepção das suas próprias políticas e estratégias de desenvolvimento.

Nesta **focalização territorialista** do desenvolvimento, o espaço local é entendido como **espaço-território**, enquanto espaço vivido fundado numa génese sócio-cultural singular e partilhada, que para além de constituir um suporte material e físico, repleto de especificidades estruturais, é um espaço representado, consubstanciado numa lógica própria inerente ao funcionamento dos indivíduos e dos grupos sociais locais.

Tal perspectiva afasta-se diametralmente da **óptica funcionalista**, durante muito tempo bússola orientadora dos processos de desenvolvimento, que ao valorizar uma integração funcional do espaço, postulava uma visão centralizada do desenvolvimento baseada em soluções tecnocráticas, tecnicistas e economicistas.

A integração e o acréscimo das grandes assimetrias regionais, acompanhados pela inflexão do crescimento económico, e o negligenciamento das

<sup>14</sup> A. Simões Lopes, *Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria e Modelos*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

<sup>15</sup> Álvaro Domingues, *op.cit.*.

<sup>16</sup> “Ainda mais obsoleto”, pois tal base de comparação nunca fez sentido, porquanto a especificidade e singularidade dos espaços diluem-se na generalização de um denominador comum.

iniciativas, das identidades, das comunidades locais e regionais, reduzidas as diferenças e balizados todos os factores e valores não económicos, geraram, porém, a necessidade de um novo corpo teórico, onde o desenvolvimento, tal como referimos, comece a ser perspectivado de modo descentralizado, isto é, partindo do potencial endógeno e das procuras regionais.

Nesta linha, o “interior é um mosaico muito diverso de recursos e memórias e é nessa diversidade que deve ser entendido, do rural profundo quase em situação de não retorno, à dinâmica de algumas cidades de pequena e média dimensão”<sup>17</sup>. O seu desenvolvimento surge cada vez mais interligado com a capacidade, ao longo dos vários momentos da sua história de fazer face com os seus próprios recursos humanos à sua própria evolução histórica. É esse desafio que urge vencer, fazendo do desenvolvimento o grande factor de mobilização de todas forças sociais, culturais e políticas, extravasando o mero crescimento linear, traduzível por indicadores económicos.

### 3.1.1 A cultura nas teias do “novo modelo de desenvolvimento”

Na conceptualização analítica de Augusto Santos Silva, o **desenvolvimento** que se pretende **integrado** não se limita ao mero combinar das diferentes esferas da realidade social, pelo contrário, significa um conjunto de estratégias globalizantes de intervenção local, seja mediante a vinculação a um território, suas sociabilidades, recursos mobilizáveis, problemas e soluções particulares a testar, seja através da história da comunidade, dos indivíduos, dos grupos, das suas condições e projectos. Daqui, o autor concebe que o **lugar** para pensar o **desenvolvimento** como **processo global** só pode ser o da **cultura** na medida que a cultura e desenvolvimento se afiguram consubstanciais<sup>18</sup>.

A cultura vislumbra-se adequada para pensar tal integração, nomeadamente, por intermédio do ajustamento entre processos de compreensão e valorização das culturas comunitárias, da articulação entre identidades e mudanças, entre continuidades e rupturas, entre actores locais e equipas políticas, técnicos, num modelo de comunicação assente em acções cooperativas.

Considera-se, assim, a existência de um **campo cultural local** que envolve, para além das estruturas locais e das identidades inseridas no tempo longo, marcas presentes no território de actores agindo num tempo mais curto. Através dos protagonistas locais, integram-se os sub-campos da produção, distribuição e consumo de bens culturais, o que implica minimizar o peso frequentemente tido como absoluto do vector financeiros na relação entre municípios e agentes locais (note-se a este nível a importância do poder difuso que as associações detêm) com o intuito de acabar com lógicas de dominação rotineiras e conformistas, num apelo a uma interacção cada vez mais frequente. Cabe às autarquias promover e gerir sinergias, numa linha de efectiva descentralização das decisões, funcionando os equipamentos culturais, enquanto **equipamentos sociais culturais** porquanto visam a requalificação dos indivíduos e dos espaços.

Nesta perspectiva, uma íntima relação entre a vida cultural e o desenvolvimento implica o perspectivar de uma prática democrática, porquanto “a cultura permite à colectividade situar-se no tempo e no espaço, interpretando a

<sup>17</sup> Alvaro Domingues, “Desenvolvimento do interior”, in *Perspectivas de Desenvolvimento do interior*, Imprensa Nacional da Casa Moeda, Junho 1997, p.73.

<sup>18</sup> Augusto Santos Silva, “O que é o desenvolvimento integrado? Uma reflexão com ilustração empírica”, in *Dinâmica Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila de Conde, 1-3 Abril 1993, pp.591-619.

situação existente e visualizando o futuro”<sup>19</sup>, conferindo-lhe, desse modo, especificidades e singularidades identitárias que funcionam a cada momento como grelhas orientadoras da acção. Relativamente ao **potencial democrático** subjacente ao poder local, a sua transmutação de “potência” a “acto” depende da estratégia da “dinamização das sinergias locais”<sup>20</sup>, não dissociando “o particularismo da região, do sentido universal da cultura”<sup>21</sup>.

Frequentemente associada à “(...) difusão da cultura das élites no seio das diversas camadas da população”<sup>22</sup>, António Teixeira Fernandes conceptualiza a verdadeira democratização cultural enquanto “(...) dimensão que terá de permitir a participação de todos, estabelecendo a comunicação entre as micro-culturas existentes. Unicamente desse modo, se possibilita a todos os actores sociais a afirmação da sua identidade num espaço social aberto”<sup>23</sup>.

Na mesma esteira analítica, Madureira Pinto postula que “o contacto com os bens culturais, não deve deixar o receptor indiferente, pelo contrário, deverá promover a disposições estético-cognitivas duráveis e actualizáveis em novas e cada vez mais enriquecedoras experiências”<sup>24</sup>. Subjaz, aqui, uma **articulação nevrálgica** entre oferta e **procura culturais**, no quadro das sociedades contemporâneas, equacionada a partir da formação e dinâmica de públicos que sustentam as procuras.

Todavia, no âmbito da apreensão das formas de contacto entre obras e criadores/produtores culturais, de um lado, e os respectivos consumidores, do outro, que sustentam as dinâmicas culturais urbanas, urge a caracterização dos factores sócio-económicos envolventes e (des)estruturantes das (dis)posições e das práticas de consumo e produção cultural.

### **3.1.2. Contextualização empírica: o concelho de Mirandela a “pequena dimensão”**

O reconhecimento do diagnóstico inter-relacional das dinâmicas de inserção territorial de Mirandela e de um conjunto de traços de evolução demográfica, económica, social, no quadro da inserção da realidade mirandelense no contexto da NUT III de Alto Trás-os-Montes<sup>25</sup>, como cenário da análise do fenómeno das dinâmicas culturais próprias e suas implicações, afigura-se-nos imperativo.

#### **3.1.2.1. Um retrato demográfico**

Com uma população concelhia (censos de 1991 realizados pelo INE) de 25.209 habitantes dos quais 8.189 (ou seja 32,42% da população total que se encontram na altura a residir na própria cidade), Mirandela possui uma área de 658.4 Km<sup>2</sup>, estando integrada na NUT III de Alto Trás-os-Montes, detentora de uma área de 81.702 Km<sup>2</sup> e de uma população que ronda os 235.241 habitantes.

Ao apresentar traços de população entre os 15-24 anos/65 anos e mais, idênticos, ou seja de 15,6%, o concelho reflecte claramente a tendência do envelhecimento demográfico que se dissemina por todo o Portugal, mas com

<sup>19</sup> A.Teixeira Fernandes, “Poder local e democracia”, in *Sociologia*, FLUP, Porto, I-Série, vol.2, 1992, p.46.

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, p.53.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, p.53.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, p.53.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p.54.

<sup>24</sup> cf.nota 3.

<sup>25</sup> Segundo a classificação do INE, NUT I corresponde a Portugal, a NUT II às grandes regiões, a NUT III (agregações concelhias) e a NUT IV aos Concelhos.



proporções substancialmente mais gravosas na NUT III de Alto Trás-os-Montes, que regista o maior envelhecimento de todas as NUT's da região Norte (NUT II). Em 1991 a população com mais de 65 anos ultrapassava os 17% da população total, em oposição ao 10% verificados em 1970<sup>26</sup>. Concomitantemente, nas últimas duas décadas a variação do número de jovens atingiu os 48% correspondente a uma perda de cerca de 43.000 indivíduos com menos de 15 anos.

Na realidade, se em Portugal (NUT I) o índice de envelhecimento corresponde em 1995 a 83,5%<sup>27</sup>, na NUT III de Alto Trás-os-Montes ronda os 118,2% e na NUT IV (Mirandela) aproxima-se dos 99,5%. Tal índice de envelhecimento aliado a taxas de natalidade que se cifram em 10,8‰ (NUT I), 8‰ (NUT III), e 10,4‰ (NUT IV), juntamente com taxas de mortalidade de 10,4‰, 13,1‰ e 11,7‰, respectivamente, coloca graves dilemas decorrentes de perdas de população preocupantes (morre mais gente do que no nasce), no âmbito da actuação política de um concelho como o de Mirandela.

Paralelamente aos fortes movimentos migratórios de sentido negativo que afectam o concelho -5,9‰ (quando na NUT III o saldo migratório se cifra em -1,6‰ e na NUT I atinge os 0,5‰), Mirandela ressent-se de uma taxa de crescimento anual médio entre 1981 e 1991 negativa (-1,46%). Inscreve-se, assim, numa tendência mais englobante, porquanto durante a última década Alto Trás-os-Montes perdeu cerca de 37.000 habitantes, registando a Região Norte uma variação positiva (+ 0,18%). A este nível as NUT III conhecem as seguintes variações: Minho-Lima (-0,27%); Cávado (+ 0,72%); Ave (+ 0,63%); Grande Porto (0,44%); Tâmega (+ 0,23%); Entre Douro e Vouga (+ 0,63%); Douro (- 0,91%)<sup>28</sup>.

Tais debilidades que caracterizam uma cidade de pequena dimensão influenciam decisivamente o plano de acções implementado pela edilidade.

### 3.1.2.2. Uma economia singular

A tendência crescente de desertificação é acompanhada por um problema cada vez mais premente, o do emprego ou a falta dele, no contexto de Alto Trás-os-Montes.

O biénio de 1995-1996<sup>29</sup> caracterizou-se por um agravamento das taxas de desemprego na generalidade das sub-regiões do Norte<sup>30</sup>, consequência do aumento do desemprego e do decréscimo do emprego que se alastrou a quase todas as sub-regiões. Todavia, se se atendessem em exclusivo aos valores médios, incorrer-se-ia num enviesamento analítico relativamente às análises infra-regionais.

Deste modo, a variação ocorrida entre o intervalo de 1995-1996 no emprego e no desemprego dos indivíduos residentes em cada uma das NUT's III tem um impacto diferente na tendência global da Região Norte, dadas as discrepâncias existentes entre a dimensão populacional e a capacidade empregadora de cada espaço. Observa-se, assim, que residem no Grande Porto quase 1/3 dos empregados da Região Norte (31,9%), surgindo imediatamente a seguir as sub-regiões (NUT III) do Tâmega (16%) e do Ave (14%). Concomitantemente, também aqueles três espaços são responsáveis em conjunto por 71% do desemprego no Norte. A este nível, o Grande Porto e o Alto Trás-os-Montes constituem as únicas

<sup>26</sup> C.C.R.N., Estrutura Etária da População da Região Norte, 1970, 1981 e 1991, Porto, 1994.

<sup>27</sup> Fonte: INE-Infoline/Retratos Territoriais

<sup>28</sup> Maria Luís Rocha Pinto, "As tendências demográficas", in *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Círculo de Leitores, 1994, p.299.

<sup>29</sup> Fonte: INE - Inquérito ao Emprego - todos os dados seguintes remetem para este inquérito.

<sup>30</sup> Entre 1995 - 1996 o território português do Continente registou um acréscimo no emprego de 25 milhares de indivíduos, paralelamente a um acréscimo de cerca de 7 milhares de indivíduos em situação de desemprego.

sub-regiões cuja concentração de desempregados do Norte ultrapassa a dos empregados (o primeiro com 48,5% contra 31,9% e a seguinte com 6,6% contra 6,1%)<sup>31</sup>.

Quando avaliada na óptica do emprego, a estrutura sectorial dos ramos do sector secundário predominam no Ave, entre Douro e Vouga e no Tâmega, enquanto que o Grande Porto concentra cerca de 41% da população residente empregada em actividades do sector terciário. Entre 1995-1996 as actividades do sector secundário (indústria, construção) foram as mais afectadas pela evolução do emprego, constituindo, no caso do Cávado, Ave, Douro e Alto Trás-os-Montes a maior determinante da quebra registada no emprego. O sector dos serviços comerciais embora seja causa da quebra do emprego nas sub-regiões do Grande Porto e Minho-Lima, mostra um acréscimo de empregados nas restantes sub-regiões, nomeadamente no Alto Trás-os-Montes<sup>32</sup>, ainda que de dimensão insuficiente para compensar a perda de empregados do sector secundário.

Efectivamente, Alto Trás-os-Montes registou ao nível do sector secundário uma quebra anual (1995-96) que se consubstancia em 5.6 milhares de indivíduos, ou seja, cerca de 69% da quebra no emprego total da sub-região no mesmo período. Uma outra particularidade do Alto Trás-os-Montes prende-se com a proporção de assalariados, que é inferior relativamente à registada em qualquer outra NUT III da Região Norte.

Ao mesmo tempo, a NUT III de Alto Trás-Montes depara-se com uma ausência de tradição empresarial, decorrente de estrangulamentos ao desenvolvimento das empresas. De referir a ainda baixa qualificação da população activa e a inexistência de uma perspectiva ampla dos mercados, que leva as empresas a ter estratégias com vista ao controle dos circuitos de comercialização e distribuição. Em termos sectoriais, a não complementaridade origina concorrência entre empresários com interesses comuns em detrimento de uma especialização em relação a nichos de mercado.

Este factor contém, em si, um rol de inibições relativamente a potencialidades no sentido da obtenção de sinergias e iniciativas de parceria cultural entre o tecido empresarial, a autarquia local e outros agentes culturais.

### 3.1.2.3. Um recorte educacional/social

A NUT III de Alto Trás-os-Montes apresenta em 1991 uma taxa de analfabetismo que ronda os 20,3%, valor superior ao atingido pela Região Norte que ronda os 11,7%<sup>33</sup>. Todavia verifica-se uma descida da taxa de analfabetismo, quer na NUT III, quer a nível regional, que traduz uma tendência regular nos últimos decénios não podendo ser dissociada, na perspectiva analítica de Carla Melo de dois factores fundamentais a referir: "... a substituição progressiva de uma camada

<sup>31</sup> A taxa de desemprego em 1996 foi de -6,9%- para a Região Norte, -7,3%- no Continente, -7,5%- em Alto Trás-os-Montes e rondou os -10,2%- no Grande Porto.

<sup>32</sup> Apesar de tal acréscimo, e com base nos censos 91, o peso do sector primário afigura-se relevante -31,5%-, enquanto que o sector secundário ronda cerca de -18,9%- da população activa empregada e o sector terciário atinge os -49,7%.

<sup>33</sup> Veja-se a este nível que na NUT III de Alto Trás-os-Montes a taxa passa de -26,4%-(1981) para -20,3%- (em 1991) e ao nível da NUT II (Região Norte) de -17,3%- para -11,7%- respectivamente, quando na NUT III de Minho-Lima ocorre a variação de -22,8%- para -15,9%-, na sub-região do Cávado de -16,8%- para -11%-, na NUT IV do Ave de -16,6%- para -10,9%-, no Grande Porto de -11,2%- para -7,3%-, no Tâmega de -21,2%- para -14,6%-, entre Douro e Vouga de -15,5%- para -10,5%-, no Douro de -24,5%- para -18,2%- (sendo as maiores variações no Minho-Lima e Alto Trás-os-Montes respectivamente de 6,9 e 6,1).

mais idosa da população, tradicionalmente com maiores índices de analfabetismo, e a maior escolarização dos jovens em idade escolar”<sup>34</sup>.

Assim sendo, o decréscimo acentuado da taxa de analfabetismo da Região Norte em 1991 (dos 84 concelhos, 17 registaram taxas inferiores a 10%, quando em 1981 isso apenas acontecia no concelho do Porto) não dissipa, tal como se referiu, anteriormente, no caso da NUT III de Alto Trás-os-Montes - taxas superiores de analfabetismo que atingem as NUT III, situadas mais a interior da Região Norte. O concelho de Mirandela conhece no período intercensitário uma taxa de variação dos 23,9% para 18,5%, situando-se no ranking dos quatro concelhos (NUT IV) com taxas mais baixas da NUT III do Alto Trás-os-Montes (situando-se a mais elevada em Boticas com -27,2%-). Tal tendência não pode dissociar-se do envelhecimento das populações que caracterizam esta NUT III do Alto Trás-os-Montes (dimensão já evocada anteriormente), cujas causas em termos demográfico se traduzem nas migrações para o litoral e para o exterior do país (dimensão à qual também se aludiu).

Na sequência da conceptualização analítica de Carla Melo, “(...) a diminuição progressiva do analfabetismo literal dependerá em grande parte, da escolarização dos jovens em idade escolar.”<sup>35</sup> Se a nível nacional se verificam, no marco temporal entre 1981-1991, aumentos significativos da percentagem de população residente com mais de 6 e menos de 65 anos que atingiu o ensino básico (76,4% contra 85%, respectivamente), com mais de 12 anos e menos de 65 anos que atinge o ensino secundário (13,3% contra 24%, respectivamente) e finalmente entre os 18 e os 65 anos que atinge o nível médio/superior (7,8% contra -10%-, respectivamente), a distribuição entre as NUT III não se afigura idêntica.

Na realidade, se em 1991, 74,8% da população da Região Norte tinha atingido o ensino básico, 18,3% o secundário e 6,8% o médio/superior, o Alto Trás-os-Montes tinha 75,7% ao nível do ensino básico, 18,6% do ensino secundário e 5,7% ao nível médio/superior, detendo a NUT III de Minho-Lima 79,1%, 16,0%; 4,9%, respectivamente, nos três níveis de ensino, a sub-região do Cávado 75,8%; 17,8%; 6,4% respectivamente, o Ave 79,6%; 16,1%; 4,3% respectivamente, o Grande Porto 65,3%; 23,7%; 11,1% respectivamente, o Tâmega 86,2%; 11,1%; 2,8% respectivamente, Entre Douro e Vouga 79,2%; 16,1%; 4,7% respectivamente e finalmente o Douro 77,4%; 17,2%; 5,4% respectivamente nos três graus de ensino. Tal caracterização traduz uma tendência em que diminuição relativa de base é concomitante a um aumento dos níveis intermédio e superior.

O concelho de Mirandela, no âmbito da NUT III do Alto Trás-os-Montes apresenta-se em 1991, nos lugares de destaque com 74,1% ao nível do ensino básico, 20,1% no que respeita ao ensino secundário, 5,8% relativamente ao nível do ensino médio superior posição só superada pelos concelhos de Bragança (64,0%; 25,5%; 10,5% respectivamente) e Chaves (71,0%; 21,4%; 7,6%).

A evolução dos segmentos do sistema educativo, no sentido da implantação de instituições de ensino superior<sup>36</sup>, com o **aumento crescente de alunos matriculados no ensino superior** sugere no concelho de Mirandela **uma expansão**

<sup>34</sup> Carla Melo, “Nível educacional na região norte”, in *Estatísticas e Estudos Regionais*, Maio/Agosto, 1993, nº 2, p.1.

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*, p.3. A este nível, importa precisar a noção de taxa de analfabetismo que segundo a autora diz respeito à relação entre a população com 10 e mais anos que não sabe ler e escrever e a população total com 10 e mais anos.

<sup>36</sup> Augusto Santos Silva et al “Agentes culturais e públicos para a cultura: alguns casos ilustrativos de uma difícil relação” in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº18, Porto, Edições Afrontamento, 1998. Veja-se a este propósito, a implantação das instituições de ensino superior em Bragança e Chaves.

**dos equipamentos e serviços, desde os mais culturais e técnicos aos de natureza mais logística.**

Concomitantemente, os indicadores sociais (habitação e qualidade de vida/1993) relativos à evolução dos níveis de saneamento básico afiguram-se extremamente positivos na NUT III de Alto Trás-os Montes, porquanto no conjunto da Região Norte, a NUT III em análise apresenta valores superiores a todas as outras sub-regiões (excepto o Grande Porto) no que respeita ao abastecimento de água, à rede e tratamento de águas residuais, assumindo valores mais baixos no âmbito da recolha e tratamento de resíduos urbanos<sup>37</sup>.

No que se refere aos níveis de conforto, cerca de 96,7% dos alojamentos possuem electricidade, 71,4% sanitários e 84,1% água canalizada (a média nacional é sensivelmente superior: -98,7%-; -83,5%-, -95,7%-, respectivamente nos três níveis de conforto).

Efectivamente, com base nos planos de actividade do município de Mirandela dos últimos quatro anos, observa-se que ao nível das rubricas de abastecimento de água, saneamento, salubridade e estradas/caminhos rondam os cinquenta por cento do orçamento total<sup>38</sup>.

Todavia, o índice per capita do poder de compra em 1995<sup>39</sup> é revelador de uma clara assimetria, pois se (Portugal=100), em Alto Trás-os-Montes ronda os 50,7% e em Mirandela equivale a 59,5%, situando-se esta última numa posição privilegiada relativamente às outras NUT IV- posição aliás correspondente em termos demográficos, económicos, educacionais e sociais.

**QUADRO I –Alguns indicadores de caracterização**

INDICADORES	PORTUGAL (NUT I)	REGIÃO NORTE (NUTII)	ALTO TRÁS-OS- MONTES (NUT III)	MIRANDELA (NUT IV)
Índice de envelhecimento (%)	83,5	65,7	118,2	99,5
Taxa de natalidade (‰)	10,8	12,2	8,0	10,4
Taxa de mortalidade (‰)	10,4	9,1	13,1	11,7
Taxa de desemprego (‰)	4,1	6,9	7,5	9,8
Taxa de analfabetismo (‰)	15,0	11,7	20,3	16,4

Em síntese, podemos salientar o alto nível do envelhecimento demográfico da população mirandelense enquadrado numa modificação profunda do perfil etário da sociedade portuguesa, que se traduz nos últimos trinta anos por uma alteração da configuração geral da pirâmide de idades, a qual perde sua forma triangular, passando a apresentar a forma em urna<sup>40</sup>.

Indissociáveis do envelhecimento demográfico, as taxas de natalidade e mortalidade locais reflectem uma situação desfavorável em relação conjunto do país, sendo, no entanto, mais desfavorável relativamente à registada no Alto Trás-os-Montes.

No que concerne à taxa de analfabetismo, ela é superior à da Região Norte, mas inferior à ventilada na NUT de Alto Trás-os-Montes. Tal situação não se verifica, no entanto, na área do desemprego, já que Mirandela possui uma taxa mais elevada em relação às NUT's I, II e III, à qual não é estranha a debilidade do tecido empresarial local e o peso do sector primário (31,5%)<sup>41</sup>, onde predomina uma

<sup>37</sup> Armando Vara, "Habitação, equipamentos, infra-estruturas", in *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Círculo de Leitores, 1994, p.348.

<sup>38</sup> Planos de Actividade da Câmara Municipal de Mirandela 1994-1997.

<sup>39</sup> Fonte: INE-Infoline/Retratos Territoriais.

<sup>40</sup> António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*, Lisboa, ICS, UL, 1996, p.192.

<sup>41</sup> Tais valores são referentes aos Censos de 1991.

agricultura envelhecida, sustentada pela exploração da terra por conta própria, cada vez mais incapaz de sustentar quem dela vive.

Numa **cidade de pequena dimensão** como a de **Mirandela**, a sua contextualização demográfica, económica, educacional e social parece condicionar decisivamente a sua *performance* no âmbito mais vasto da cultura e mais especificamente no campo leitoral.

#### 4. O campo cultural local: a *omnipresença* de uma *tríade centralizadora*

A arena cultural mirandelense afigura-se dominada pela *tríade* constituída pela Câmara Municipal, pelo Centro Cultural (Auditório/Biblioteca Municipal/Museu), e pela Escola Profissional de Arte/Música (Esproarte), um “polvo que estende os seus tentáculos”, protoganizando ou sendo intermediário de todas as iniciativas culturais.

Ao longo das 18 entrevistas realizadas aos diferentes agentes culturais, esta tríade consubstancia-se numa referência constante, havendo mesmo quem recordasse palavras proferidas por alguém que intitulava o Centro Cultural “*catedral da cultura de Trás-os Montes*” (Director do Centro Cultural/Departamento Sócio-Cultural da Câmara). De facto, o Centro Cultural (auditório exclusivamente), recobre 27% da totalidade das freguesias<sup>42</sup>, uma percentagem (ainda que elevada) fica aquém da potencial utilização/animação deste equipamento. Tal situação concretiza a advertência encetada por Augusto Santos Silva a propósito da necessidade de os equipamentos elaborarem projectos continuados e não apenas “*iniciativas desgarradas sem continuidade no tempo*”(Editor), um pouco “*à moda do castelo em cima da areia*”(Director do Jornal).

Na realidade, “*o objectivo inicial de esgotar o auditório, que tem uma lotação para 500 pessoas, com iniciativas do concelho, não tem sido conseguido*”(Presidente da Câmara), porquanto ao longo dos últimos três anos (1995, 1996, 1997) totalizou uma percentagem de ocupação diária na ordem dos 50%.

A Escola de Música tem desempenhado nos últimos dez anos um papel de *veículo cultural* de crescente importância no âmbito da projecção cultural de Mirandela, a nível local, nacional e internacional. Todavia, a aproximação a este tipo de oferta cultural não se afigura instantânea, nem isenta de precauções. Algumas palavras do director pedagógico da escola elucidam esta problemática: “*No primeiro concerto isto era uma feira, as pessoas encheram o auditório, ficaram caladas cinco minutos e depois começaram a conversar sobre o que tinham feito nesse dia...bom isso mudou completamente hoje as pessoas sentam-se, já sabem ler um panfleto e quando devem bater palmas*”. Efectivamente, “*há que dar prioritariamente educação e formação às pessoas*”(Director Pedagógico Esproarte), porquanto “nenhuma fórmula mágica torna acessível, em tempo acelerado, bens culturais largamente encerrados numa aura de intangibilidade, a populações cujas competências e disposições culturais lhe são sobremaneira estranhas”<sup>43</sup>.

Na sequência da postura teórica de Madureira Pinto urge, neste contexto, recusar alternativas culturais, que sob o pretexto de uma “democratização cultural arriscam-se a não contribuir, de facto, para uma mudança nas relações de força no

<sup>42</sup> Comparativamente, os dois outros maiores concelhos de Alto Trás-os-Montes, Bragança e Chaves, possuem centros culturais que cobrem, respectivamente, 6,1% e 2,2% das freguesias. Cf. Inventário Municipal-Região Norte-1992. Convém assinalar que o concelho de Mirandela foi pioneiro na construção deste tipo de equipamentos no nordeste transmontano.

<sup>43</sup> Augusto Santos Silva e al, “Agentes Culturais e Públicos para a Cultura:alguns casos ilustrativos de uma difícil relação”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº18, Porto, 1998.

campo cultural local”<sup>44</sup>. Essas alternativas culturais, e neste âmbito da música (Esproarte-música clássica) acabam por incorrer num modelo cultural que privilegia as classes ditas cultivadas, “*uma elite*” (Director da Rádio), possuidora de um nível de recepção cultural elevado. Na óptica analítica de Pierre Bourdieu, a socialização primária e secundária desempenham aqui um papel fundamental, no sentido da familiaridade destes consumidores para com os bens culturais.

O autor advoga, assim, uma “economia dos bens culturais” contextualizadora da *entourage* dos consumidores culturais, incluindo o seu próprio gosto, um **gosto artístico** que segundo P. Bourdieu **une e separa**. A “fabricação” do gosto, enquanto construção social, implica um modo de apropriação dos bens e das actividades culturais tido como legítimo. Se, por um lado, ao nível de certos públicos algumas obras culturais parecem desprovidas de significação, porquanto ultrapassam o **máximo de consciência possível**, para outros surgem com uma **familiaridade que atravessa toda a sua existência**. Opera-se assim por intermédio de uma **violência simbólica**, de um **arbitrário cultural** que se apresenta como único e universal<sup>45</sup>, uma *décalage* entre os herdeiros (dominantes) e os excluídos (dominados).

Madureira Pinto acrescenta ainda (a propósito das alternativas culturais) que é “muito provável que aumente o número de espectadores, mas é duvidoso que interfira eficazmente no processo de inculcação das disposições estéticas duráveis e transponíveis de que é feito o gosto cultivado”<sup>46</sup>, capazes de gerar procuras efectivas e continuadas, numa articulação correspondente às diferentes ofertas. A corroborar tal perspectiva o próprio autarca afirma que têm investido “*primeiramente na promoção e divulgação da cultura das grandes massas, estando agora em vias de dar o salto qualitativo, o mais exigente e o mais difícil*”.

Assim, a autarquia opera no sentido da procura de soluções de parceria e complementaridade que se resumem, no entanto, à designada tríade centralizadora. A agravar tal situação surge um incipiente movimento associativo caracterizado por um défice de estruturação e uma quase paralisia, com uma clara sobre-representação das associações desportivas em detrimento das de outro tipo.

## 5. O *ex-libris* da cultura leitoral -uma visão do *interior* da Biblioteca Municipal

“Não há talvez dias da nossa infância que tenhamos intensamente vivido como aqueles que julgámos passar sem tê-los vivido, aqueles que passámos com um livro preferido”

*Marcel Proust, O Prazer da Leitura*

### 5.1. Uma visão recortada sobre os sócios/leitores da Biblioteca Municipal

A realização do inquérito por questionário aos sócios leitores<sup>47</sup> da Biblioteca Municipal, relativo aos hábitos de leitura (composição da amostra/Quadro II), pressupôs em termos teóricos uma certa concepção de leitura, indissociável de uma certa concepção de escrita.

<sup>44</sup> José Madureira Pinto, “Intervenção cultural em espaços públicos”, in M. Lourdes Lima dos Santos (coord), *Cultura & Economia. Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 200.

<sup>45</sup> Cf. Pierre Bourdieu, *op.cit.*.

<sup>46</sup> Cf. Nota 44..

<sup>47</sup> Recorde-se que a amostra (88 inquéritos) foi calculada com base nos 880 sócios entre os 15 e os 65 anos de idade.

**QUADRO II – Composição da amostra por SEXO / IDADE**

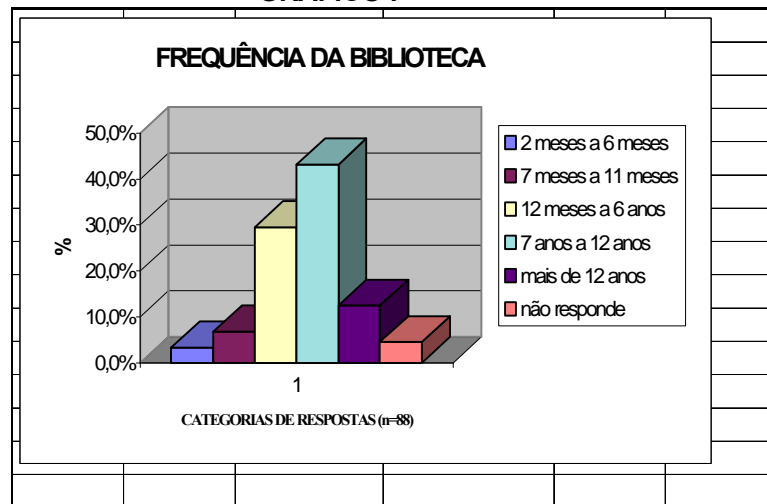
SEXO IDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
15-20	18	33	51	57,95
21-35	9	20	29	32,95
36-65	3	5	8	9,09
TOTAL	30	58	88	100,00

Tomando por base as considerações de Michel Peroni<sup>48</sup>, a leitura surge como uma actividade de transformação do texto, variando a forma de a empreender de acordo com os recursos de quem a pratica.

Na perspectiva analítica de Roger Chartier, “quer se trate do jornal ou de Proust, o texto só tem significado através dos seus leitores; altera-se com eles, dispõe-se segundo códigos de percepção que lhe escapam (...) só se torna texto na sua relação com a exterioridade do leitor, através de um jogo de implicações e de artifícios (...)”<sup>49</sup>.

A amostra relativa aos sócios/leitores da Biblioteca Municipal reflecte um público muito jovem, na medida em que mais de metade, cerca de 57.95%, se encontra compreendida entre os 15 e os 20 anos de idade (cf. Quadro II). existe, desde logo uma íntima associação entre esta importante presença de jovens e a condição estudantil, igualmente sobrerrepresentada.

Ao visualizarmos o gráfico I, observamos que 59,2% daqueles que têm entre os 15 e 20 anos de idade frequentam a biblioteca entre 7 a 12 anos, o que deixa entrever uma enorme proximidade do público mais jovem com este tipo de espaço.

**GRÁFICO I**

Para tal proximidade a escola possui um papel importante -cerca de 67.0% dos entrevistados afirmaram ter tido conhecimento da biblioteca por intermédio da escola-, seguida dos amigos 15.9% e finalmente a família 5.7%, posicionando-se os outros meios (publicidade, mass media, proximidade de casa e iniciativa própria) com valores inferiores.

<sup>48</sup> Michel Peroni, *Histoires du Livre –Lecture et Parcours Biographique*, Paris, C.G.P., 1988.

<sup>49</sup> Roger Chartier, *A Ordem dos Livros*, Lisboa, Edições Passagens, 1997, p.12.

No seguimento desta constatação, impõe-se realçar que, do ponto de vista do capital escolar, a amostra dos sócios-leitores da biblioteca municipal revela-se francamente mais dotada do que a população do referido concelho, uma vez que cerca de 50% dos utentes frequenta ou completou o ensino superior. Tal significa que os jovens activos encontram-se relativamente excluídos deste universo, ao mesmo tempo que os que possuem níveis de escolaridade mais baixos se encontram subrepresentados.

Neste último caso, tal factor poderá estar relacionado com as menores exigências de recursos bibliográficos impostas aos alunos dos dois primeiros ciclos do ensino básico. Importa aqui referir que o aumento do nível de escolaridade, na linha analítica bourdiana, contribuiu para a “corrida no sentido da apropriação de bens culturais”<sup>50</sup>, assim como para o aumento de todas as práticas culturais.

Se atentarmos no nível de escolaridade dos progenitores o panorama afigura-se diferente. Com efeito, 70.3% dos pais e 76.3% das mães não ultrapassaram o terceiro ciclo do ensino básico. Tais dados reflectem o carácter tardio da expansão massificadora do sistema de ensino português, bem como a brusca evolução, ainda que não suficiente, dos níveis de escolaridade<sup>51</sup>, o que coloca diversas questões relativamente ao papel da socialização familiar.

Se, apesar dos fracos capitais escolares de origem, os jovens estudantes frequentam as bibliotecas, tal deve-se à **influência múltipla e cruzada de outros agentes de socialização** (a escola, já referida), nos quais se podem enquadrar as próprias bibliotecas, enquanto locais onde se acede de forma crítica e diversificada à designada “sociedade da informação”.

Desta forma, poderemos questionar a ideia de um destino social precocemente estabelecido, como se os pioneiros anos da socialização primária determinassem em definitivo o campo dos possíveis. Neste sentido, importa recolocar no debate a importância do carácter permanente da socialização, bem como questionar a durabilidade e o determinismo da aprendizagem familiar.

Uma outra realidade que sobressai é a frequência assídua da biblioteca, uma vez que 79.6% dos utentes declaram frequentá-la todos os dias ou pelo menos semanalmente, intrinsecamente relacionada com uma muito enraizada ligação temporal à instituição, cerca de 59.2% daqueles que têm entre 15 e 20 anos frequentam a biblioteca entre 7 a 12 anos.

Parece-nos pertinente sugerir que, uma vez inserido no quotidiano da instituição, existe uma elevada probabilidade de se manter uma relação recíproca de fidelidade: a biblioteca cativa os leitores que atrai, estes respondem-lhe com a sua presença. Aquela afirma-se como uma instituição que marca, pelo menos neste ciclo da vida, a trajectória dos seus utentes.

Com efeito, é durante todo o ano lectivo (44.3%) que os inquiridos declaram frequentar a biblioteca (internamente regionalizada), o que facilmente se compreende, visto que os estudantes constituem cerca de 77.8% da amostra, utilizando-a preferencialmente para estudar (33%) e só depois para ler (29.5%). Importa aqui confirmar a tendência para a instrumentalização utilitária da biblioteca, em função de um universo de inserção imperativa: a escola.

Ainda que agrupada na **tríade centralizadora**, a Biblioteca parece, numa primeira abordagem, não possuir a capacidade de mobilização real dos seus sócios/leitores para as iniciativas culturais que empreende. Na realidade, ao

<sup>50</sup> Pierre Bourdieu, *Questions de Sociologie*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1984, p.169.

<sup>51</sup> Cf. Fernando L.Machado e António F. Costa, “Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social”, in J.Leite Viegas e António F. Costa, *Portugal, Que Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1998.



auscultá-los, deparámo-nos com cerca de -62.5% que dizem não ter conhecimento das iniciativas culturais, contra 36.4% que respondem afirmativamente.

Todavia, como se comporta esta minoria conhecedora de tais iniciativas e potencialmente (des)activa? A indiferença recolhe o sufrágio de 77.3% dos inquiridos, aparecendo a assunção da não-participação -não se participa, nem se participou porque não se tem tempo- maioritariamente representada. Aqueles que participam/ou participaram cifram-se em 22.7%, uma minoria que recobre o âmbito das exposições.

## 5.2. Os mundos da leitura

*“O saber não nos penetra por osmose ou por simples aspiração (...) algumas tribos selvagens tentaram absorver o conteúdo dos livros, comendo-os, mas comsta que o resultado não foi famoso.”*

*Eugénio Lisboa, “A Paixão pelas bibliotecas”*

Face à panóplia de representações da leitura, uma mais expressivas e outras mais instrumentais, verificámos que os *habitués* da biblioteca, com maiores níveis de escolaridade, anunciam posturas mais expressivas, contrariando a tendência visível nos detentores de menores capitais escolares da predominância de valores instrumentais, onde se regista uma leitura abundante de manuais escolares.

Com efeito, esta instrumentalização da leitura pode ser reveladora de falta de vontade decorrente de constrangimentos sociais interligados com a ausência de estratégias sociais em torno do investimento no capital escolar (escolaridade obrigatória apenas).

Assim, convém não negligenciar que volumes distintos de capital económico originam diferentes conversões em capital escolar.

A progressão escolar das gerações mais novas tende a potenciar disposições para a leitura, que ao serem efectivadas reflectem, num âmbito mais englobante, uma atitude menos tensa e mais descontraída face à própria cultura.

## 5.3. A leitura e outras práticas culturais

É notório o efeito geracional da deslocação do centro de gravidade das práticas culturais, do pólo constituído pelo livro, pelos espectáculos e pelas visitas culturais, para a área das práticas ligadas à cultura do audiovisual, o pólo do som, da imagem, da informatização, que estende a sua influência e poder de conquista junto dos mais jovens.

De facto, conclui-se que o suporte preferido pelos inquiridos são as revistas, suporte *prêt-à-lire* que se salienta pelo poder da imagem e tipo de texto, seguidas dos livros e por último dos jornais.

A este nível urge salientar as diferenciações de género nas preferências pelos “diferentes tipos” de livros, jornais e revistas, com o sexo feminino a concentrar-se, preferencialmente, na vida social e na mundividência das “revistas femininas” e o masculino na dimensão agonística dos “jornais desportivos” e no domínio da tecnologia.

Concretiza-se, então, um desnível entre práticas endo-domiciliárias (povoadas por uma representação feminina) e exo-domiciliárias, às quais subjazem diferentes apropriações de um mesmo espaço.

## 6. Da realidade cultural mirandense: *algumas reflexões*

Longe da amálgama de radicalizantes conceptualizações de cultura, umas defensoras da premissa de que “tudo é cultura”, o que impossibilita a análise da formação da campos culturais específicos; outras arreigadas a posições de elitismo cultural, desvirtuadoras da visibilidade do fenómeno cultural, postulou-se como referência analítica uma concepção alargada de cultura, no quadro das sociedades contemporâneas.

A politização da cultura não deve resumir-se, pois, à protecção de um património e de um espaço cultural, mas deverá pôr os indivíduos e os grupos em condições de recompor uma personalidade e uma identidade.

No contexto de uma cidade de pequena dimensão, o posicionamento marginal detido por Mirandela em termos culturais encontra-se, intrinsecamente, relacionado com a debilidade estrutural do concelho, dado que a cultura e desenvolvimento de afiguram consubstanciais.

A edilidade tem privilegiado o alargamento da oferta, do consumo, da recepção, em detrimento da procura e da participação na produção cultural. Surge, assim, um público que pensa a cultura para um outro que apenas a consome de um modo acrítico, uma massa que contribui no sentido do crescimento quantitativo, negligenciando a inculcação de disposições verdadeiramente potenciadoras de alterarem códigos de apropriação e recepção culturais. Constata-se uma massificação crescente em detrimento de uma verdadeira democratização cultural, capaz de gerar públicos aptos a garantir uma articulação às diferentes ofertas.

A excessiva centralização “da” cultura, decorrente da reduzida malha de agentes culturais (enquadre-se aqui o fraco tecido empresarial) inibe potencialidades, no sentido da obtenção de sinergias e iniciativas de parceria cultural. A este nível, as políticas culturais surgem viciadas e desvirtuadas, tendo como efeitos imediatos o alargamento da oferta ao público tal como ele existe, dimensionando uma acessibilidade física e económica ao capital cultural objectivado, que não alcança as disposições e competências necessárias, características do capital cultural incorporado conducente à fruição das obras culturais.

Assim, a inércia de situações de debilidade estrutural influenciadora das dinâmicas da acção cultural, apesar de não parecer modificável com facilidade ou rapidez, não se caracteriza, no entanto, por nenhuma fatalidade intransponível. Urge capitalizar todas as potencialidades da região, as suas forças sociais, culturais, políticas e económicas, extravasando o mero crescimento traduzível por dimensões económicas.

A dimensão económica do desenvolvimento afigura-se, pois inseparável da dimensão cultural, ambas indispensáveis à reflexão e posturas críticas sobre a contemporaneidade.

## BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

### LIVROS

AAVV, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

AAVV, *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1997.

- ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- BACHELARD, Gaston, *Le Nouvel Esprit Scientifique*, Paris, PUF, 6ª edição, 1958.
- BARRETO, António, “Indicadores da evolução social”, *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996.
- BENAVENTE, Ana; ROSA, A.; COSTA, A. F., ÁVILA, P., *Estudo Nacional de Literacia. Relatório Preliminar*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1995.
- BOURDIEU, Pierre, *Questions de Sociologie*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1984.
- BOURDIEU, Pierre, *Raisons Pratiques, sur la Théorie de l’Action*, Paris, Éditions du Seuil, 1994.
- CERTEAU, Michel de, *La Culture au Pluriel*, Paris, Seuil, 1993.
- CHARTIER, Roger, *A Ordem dos Livros*, Lisboa, Edições Vega/Passagens, 1997.
- COGNEAU, Denis; DONNAT, *Les Pratiques Culturelles des Français (1973-1989)*, Département des Études et de la Prospective, Ministère de la Culture et de la Communication, Paris, Éditions Documentation Française, 1990.
- CORCUFF, Philippe, *As Novas Sociologias. A Realidade Social em Construção*, Sintra, Edição Ural, 1997.
- CRESPI, Franco, *Manual de Sociologia da Cultura*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- DURKHEIM, Émile, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, Paris, PUF, 1979.
- FERRÃO, João, “A demografia portuguesa”, in *Cadernos do Público*, ICS, UL, Jornal Público, 1996.
- FREITAS, Eduardo, *As Bibliotecas em Portugal: Elementos para uma Avaliação*, Pesquisas OBS, Lisboa, 1998.
- FREITAS, Eduardo; CASANOVA, José Luís; ALVES, Nuno de Almeida, *Hábitos de Leitura. Um Inquérito à População Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1997
- GEERTZ, Clifford, *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books, 1973.
- LYON, David, *A Sociedade de Informação*, Oeiras, Celta Editora, 1992.
- MARQUES, Fernando Pereira, *De que Falamos quando Falamos de Cultura*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- MARX, Karl, ENGELS, F., *A Ideologia Alemã I e II*, Lisboa, Editorial Presença, 1975.
- PAIS, José Machado; e al, *Práticas Culturais dos Lisboaetas*, Lisboa, ICS, 1994.
- PINTO, José Madureira, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Biblioteca das Ciências e do Homem, Edições Afrontamento, 1994.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT; LUC Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992.
- REIS, António (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.

SILVA, Augusto Santos, *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

WEBER, Max, *Economía y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

## ARTIGOS

ALMEIDA, J. F. et al, "Recomposição sócio profissional e novos protagonismos, in AAVV; *Portugal 20 anos de Democracia*, Círculo de Leitores, 1994.

BOURDIEU, Pierre, "Les trois états du capital culturel", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº30, 1979.

DOMINGUES, Álvaro, "Desenvolvimento do interior", in AAVV, *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Junho 1997.

COELHO, Eduardo Prado, "Política Cultural externa: um balanço", in Publicação Trimestral do Observatório das Actividades Culturais (OAC), nº2, Outubro, 1997.

CONDE, Idalina, "Cenários de práticas culturais em Portugal (1979/1995), *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº23, CIES, 1996.

COSTA, António Firmino da, "Políticas Culturais: conceitos e perspectivas", in Publicação Trimestral do Observatório das Actividades Culturais (OAC), nº2, Outubro, 1997.

FERNANDES, António Teixeira, "A mudança cultural na sociedade moderna", in *Revista da Faculdade de Letras, Série Filosofia*, nº5/6, II série, 1988-1989.

FERNANDES, António Teixeira, "Poder local e democracia", in *Sociologia*, nº2, FLUP, Porto, 1992.

FURTADO, José Afonso, "O livro e as novas tecnologias, in *Publicação Mensal da APEL*, Setembro 1997.

GIL, Teresa, "Leitura, uma causa nacional", in *Publicação Mensal da APEL*, Outubro 1997.

GOMBONI, Dorio, "Méprises et mépris -éléments pour une étude de l'iconoclasme contemporain", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº49, 1983.

LISBOA, Eugénio, "A paixão pelas bibliotecas", in *Revista Ler, Livros & Leitores*, Publicação Trimestral, Lisboa, Fundação Círculo Leitores, 1998.

LOPES, João Teixeira Lopes, "As estatísticas na área da cultura: breve reflexão", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, ICS, nº26, 1998.

PINTO, José Madureira, "Intervenção cultural em espaços públicos", in *Cultura e Economia*, Estudos e Investigações-4, Lisboa, Edição ICS,UL, 1995.

REIS, José, "O desenvolvimento local: condições e possibilidades", in AAVV, *Desenvolvimento e Acção Local*, Lisboa, Fim de Século, 1996.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, "Questionamento à volta de três noções ( a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas), in *Análise Social*, nº 101-102, 1988.

SILVA, Augusto Santos, "Das obrigações do Estado à participação civil", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº23, 1997.

SILVA, Augusto Santos, “O jogo indeciso entre símbolos, práticas e políticas culturais”, in AAVV, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

SILVA, Augusto Santos, “O que é o desenvolvimento integrado? Uma reflexão com ilustração empírica”, in AAVV, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.

SILVA, Augusto Santos, “Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano”, in *Cultura e Economia*, Estudos e Investigações-4, Lisboa, Edição ICS, UL, 1995.